



ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA
DE
CASTELO BRANCO

ATA Nº 4
Ordinária

27 de abril de 2026

Associação Cultural e Desportiva da
Carapalha



Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas 21 horas, na Associação Cultural e Recreativa da Carapalha, reuniu a Assembleia de Freguesia em Sessão Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. A preencher nos termos do Regimento.

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1. Informações do Presidente da Freguesia.**
- 2. Apreciação e votação das Atas da Reunião Ordinária nº 2 de 22.12.2025 e nº 3 Extraordinária de 09.02.2026.**
- 3. Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Conta de Gerência de 2025.**
- 4. Apreciação e avaliação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais.**
- 5. Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento, PPI e PPA 2026.**
- 6. Apreciação e votação do acordo de colaboração entre o Município de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de Castelo Branco destinado a fazer face a despesas urgentes decorrentes da tempestade Kristin, no valor de €5.000,00 (€3.000,00 para despesas correntes e €2.000,00 para despesas de capital).**

Carlos Matos (Sempre por Todos) - Presidente da Assembleia de Freguesia

Boa noite a todos.

Vamos iniciar a sessão.

Vou chamar a Paula da Silva Simões Santos Paulo para tomar posse em substituição de João Tiago Martins Valente.

Termo de Posse: "Juro por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas"

Do CHEGA temos o pedido de substituição da Débora Raquel D'Fonseca Ferreira por António Lourenço Marques, que irá tomar posse.

Termo de Posse: "Juro por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas".

O 1º Secretário irá proceder à leitura da Ordem de Trabalhos e à verificação da existência de quórum. Estiveram presentes: Ana Isabel Soares Poças Gonçalves, António Lourenço



Marques, Ariana Filipa do Nascimento Luís, Carlos Afonso Duarte Belo de Camões, Carlos Alberto Azevedo Matos, Catarina Vitória Antunes Mateus, Diogo Manuel Martins Rodrigues, Filipe Miguel Nunes Lourenço, Hélio José Lourenço de Almeida, Ildeu Bueno Correia, João Manuel da Silva Salvado, Liliana Maria Pedro Rebelo, Manuel António Veríssimo Gerales, Miguel António Madeira Victor, Mónica Cristina Almeida Perquilhas Perisca, Paula da Silva Simões Santos Paulo, Paulo Jorge Faria Dias, Sónia Alexandra Valente de Matos Abreu e Tiago José Robalo Martins.

Carlos Matos (Sempre por Todos) - Presidente da Assembleia de Freguesia

Agradecer a presença de todos os membros da Assembleia de Freguesia e do público presente,

Um agradecimento especial ao Sr. Presidente da Freguesia por ter aceitado fazermos esta Assembleia aqui neste sítio, é bom termos este ato de cidadania,

À Associação da Carapalha por nos receber e às duas funcionárias por este trabalho suplementar de preparação para a realização desta Assembleia.

I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

1. A preencher nos termos do Regimento

Ana Poças (IL)

Boa noite a todos.

Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e restantes membros,

Sr. Presidente da Junta e membros do Executivo,

Caros membros, desta Assembleia,

Público presente e cumprimento também as funcionarias da Junta pelo trabalho que tiveram na organização desta Assembleia.

Venho apresentar uma proposta de recomendação ao Executivo.

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Esta proposta aborda uma questão que tem, quanto a nós, um impacto negativo na nossa comunidade: a forma insuficiente — e, diria mesmo, pouco ambiciosa — como são



divulgadas as decisões, regulamentos e informações relevantes da Junta e Assembleia de Freguesia.

É certo que os regulamentos recentemente aprovados se encontram disponíveis no site institucional. Contudo, importa perguntar: estará essa informação, na prática, a chegar aos fregueses? Estará a cumprir o seu verdadeiro propósito, que é o de informar, capacitar, envolver a população e dar a todos as mesmas oportunidades de acesso?

A informação só existe verdadeiramente quando é acessível e ativamente comunicada. Publicar documentos num site, sem qualquer estratégia de divulgação associada, equivale, na prática, a escondê-los à vista de todos.

Não basta cumprir o requisito formal da disponibilização — é necessário garantir que os cidadãos saibam que essa informação existe e que compreendem a sua relevância.

Esta lacuna torna-se ainda mais evidente quando falamos de matérias que podem impactar diretamente a vida das pessoas: apoios sociais, regulamentos com efeitos práticos, ou até à realização de reuniões descentralizadas da Junta.

Damos o exemplo da reunião de hoje que é realizada numa associação de bairro.

Trata-se de uma excelente iniciativa de proximidade — mas que perde grande parte do seu valor quando a sua divulgação se limita ao edital formal. Quantos fregueses do bairro tiveram conhecimento disso? Quantos mais poderiam participar e expor as suas preocupações, se soubessem?

Esta forma de comunicar não é apenas insuficiente — é limitadora. Limita o acesso à informação, limita a participação cívica e, em última análise, limita os direitos dos próprios cidadãos.

Uma Junta de Freguesia deve ser mais do que um órgão administrativo. Deve ser um agente ativo de proximidade, transparência e envolvimento. E isso exige uma comunicação moderna, clara e proativa. Falamos de utilizar redes sociais com regularidade e propósito, de enviar newsletters, de afixar informação em locais estratégicos da freguesia, de estabelecer parcerias com associações locais para amplificar a mensagem, e de comunicar de forma simples e direta.

Não se trata de uma questão de estética ou de “marketing” no sentido superficial do termo. Trata-se de democracia local. Trata-se de garantir que as decisões tomadas nesta casa chegam efetivamente às pessoas que representam.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Castelo Branco, reunida em sessão ordinária de 27 de abril de 2026, delibera recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que:

1. Proceda à definição e implementação de uma estratégia de comunicação institucional mais proativa, estruturada e orientada para os fregueses;



2. No âmbito dessa estratégia, garanta, através de múltiplos canais (redes sociais, afixação em locais públicos, associações locais, entre outros, atualização, clareza e acessibilidade da informação;
3. Divulgue sistemática e simplificadamente os regulamentos aprovados e os procedimentos a efetuar em cada um deles, com recurso a linguagem acessível, com especial relevância os que se destinam a apoio e ação social;
4. A criação de mecanismos regulares de comunicação direta com os fregueses, como newsletters, avisos informativos e divulgação de comunicados à imprensa local, adotando práticas de comunicação inclusiva, que tenham em consideração diferentes perfis de acesso à informação, nomeadamente cidadãos com menor literacia digital.

Castelo Branco, 27 de abril de 2026

O(s) proponente(s)

Ana Gonçalves

Filipe Lourenço

Tiago Martins

Carlos Matos (Sempre por Todos) - Presidente da Assembleia de Freguesia

Submeto a votação a proposta de recomendação apresentada pela IL: aprovada por maioria com 12 votos a favor, da IL (3); do Sempre por Todos (7); do Chega (2) e 7 abstenções do PS.

Manuel Gerales (PS)

Boa noite a todos.

Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e os restantes membros da mesa,

Cumprimento o Sr. Presidente do Executivo bem como os restantes membros do Executivo,

Os colegas da Assembleia de Freguesia,

Público e também as funcionárias da Junta de Freguesia de Castelo Branco.

No passado sábado assinalou-se o 25 de abril, dia da Revolução dos Cravos. A Junta de Freguesia de Castelo Branco, à semelhança dos anos anteriores, realizou um conjunto de iniciativas que pretenderam não só comemorar um marco importante na nossa história, mas também manter bem viva na nossa memória e ensinar às gerações futuras que a liberdade



foi um bem precioso conquistado com o 25 de abril. Nas anexas Taberna Seca e Lentiscais foram distribuídos cravos vermelhos aos fregueses, distribuição essa que nos Lentiscais foi complementada com a realização do tradicional almoço convívio, um evento com quase tantos anos como o 25 de abril, onde imperou o espírito de comunidade igual àquele que há 52 anos uniu os soldados à população para derrotarem a ditadura. Em Castelo Branco, em coorganização com a Junta de Freguesia de Alcains, foi organizada a tradicional Meia Maratona que ligou as duas localidades. Paralelamente, foi realizada uma prova de 10 kms e diferentes corridas para os escalões de formação, de modo que todos os atletas, tanto masculinos como femininos, de todas as idades, pudessem usufruir de um evento desportivo, acessível a todos, que tão importante é para a nossa saúde e que só é possível praticar graças à liberdade conquistada em 25 de abril de 1974.

Tiago Martins (IL)

Boa noite a todos os presentes.

O Presidente mencionou na última reunião extraordinária que os regulamentos foram a votação apenas por uma questão de transparência, pois estes já tinham sido aprovados anteriormente.

Estes regulamentos sofreram alterações, desta forma o que estaria a ser votado seriam essas mesmas alterações e não o documento global.

Uma vez que os regulamentos apenas entram em vigor após aprovação da Assembleia de Freguesia, pedimos a correção de alguns dos documentos em que refere a sua entrada em vigor após aprovação do Executivo da Freguesia.

Estes regulamentos encontram-se no site da Junta de Freguesia com as datas da aprovação pelo executivo como antecedentes à aprovação da assembleia, desta forma incumprindo o artigo 16º, nº1, h) do Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Os regulamentos em questão são: Apoios à Edição de Livros e a Livros Editados, Casa do Forno, Cuidar de Quem Cuida, FESTTI, Pedalar Sem Idade, Projeto Olhar Atento.

Filipe Lourenço (IL)

Boa noite a todos.

Cumprimentar a mesa,

O Sr. Presidente do Executivo,

Caros colegas,

Sras. Funcionárias,



Venho colocar algumas questões em relação ao Orçamento Participativo 2025/2026: Se fizeram a conferência de imprensa como estava previsto no regulamento; se fizeram sessões de esclarecimento junto das instituições; se foi publicado algum cartaz, algum tipo de publicidade do mesmo?

Acerca do calendário, se fizeram a apresentação pública que era suposto ter sido feita em fevereiro de 2026, e se não o fizeram, o porquê? Se as propostas já foram entregues no total e quantas propostas recebeu de cada um dos três agrupamentos? E se houve algum agrupamento que apresentou zero candidaturas.

Carlos Camões (PS)

Exmo. Presidente da mesa e restantes membros da mesa,

Exmo. Presidente da Junta de Freguesia e restantes membros do Executivo,

Exmos. Colegas de Assembleia,

Exmos. fregueses, comunicação social e funcionárias,

Quero começar por agradecer à Associação Cultural e Desportiva da Carapalha, na pessoa do seu Presidente, por mais uma vez acolher uma reunião descentralizada da Assembleia de Freguesia de Castelo Branco.

São este tipo de iniciativas, estes pequenos gestos, que, contando com o apoio de quem nos recebe colocam os cidadãos mais próximos daqueles que os representam, dos fóruns de decisão. Neste caso em particular, encontramos-nos num dos bairros mais populosos da cidade que por motivos geográficos, a linha do comboio, terá certamente as suas dinâmicas próprias.

Ao facilitar a presença de todos aqueles que pretendem conhecer por dentro as tomadas de decisão, que queiram apenas escutar, que tenham curiosidade ou que pretendem intervir (como foi ou não o caso) estamos a reforçar o vínculo democrático.

O Executivo da Junta de Freguesia há muito que pauta a sua atuação no sentido de se aproximar o mais possível dos fregueses de Castelo Branco, este é apenas um passo entre muitos outros que têm sido tomados – para quando uma Assembleia descentralizada em uma das anexas – de certeza que já foi ponderada, mas por motivos logísticos ainda não se realizou, fica o desafio.

Tomando outros exemplos, Iniciativas como a Voz da Cidadania, introduzida no mandato anterior, que serve para auscultação de problemas, para recolha de sugestões e desafios, em reuniões que se debruçam sobre os mais variados temas que afetam diretamente a vida



em sociedade e que têm como objetivo último melhorar e enriquecer as propostas e iniciativas levadas a cabo pela Junta de Freguesia.

A vontade de nos aproximarmos cada vez mais dos nossos fregueses leva-nos a querer aprofundar este conceito, criando para isso as Assembleias Comunitárias de Cidadania, proposta presente nas Grandes Opções do Plano.

Ao invés de serem apenas tiradas recomendações e elações sobre os temas abordados procurar-se-á vincular e legitimar as decisões ou conclusões que forem tomadas ao fim de cada uma destas Assembleias.

Propõe-se que sejam sessões divididas por temáticas e moderadas por membros escolhidos pelos grupos parlamentares representados na Assembleia de Freguesia numa lógica rotativa, garantindo assim a democraticidade e representatividade, complementados por um representante de uma instituição ou organização que melhor represente os interesses dos cidadãos e com elevado conhecimento na temática que se pretende debater.

São ideias como esta que nos permitem fazer escola e dar o exemplo no que a boas práticas de aproximação entre eleitos e eleitores diz respeito.

Menção também para a Assembleia Municipal Jovem que hoje se realizou, ainda não tive oportunidade de ver e ouvir as propostas que foram apresentadas, mas serão certamente para serem levadas em conta, uma abordagem diferente daquela que nós, os mais velhos, teremos sobre os mais variados assuntos que afetam a nossa comunidade.

O conjunto de iniciativas que referi até agora não seria possível sem,

“a madrugada que eu esperava
o dia inicial inteiro e limpo
onde emergimos da noite e do silêncio
e livres habitamos a substância do tempo”

Nas palavras de Sophia de Mello Breyner continuemos a cumprir abril, todos os dias, na prossecução de um futuro partilhado, tolerante, onde todos possam ser plenos e iguais perante cada qual.

José Pires (PS) – Presidente da Freguesia

Muito boa noite a todos.

Permitam-me que na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia vos cumprimente,

Cumprimentar também os membros do Executivo,

As funcionárias da Junta de Freguesia,



Os dirigentes da Associação da Carapalha, que nos recebe mais uma vez aqui na sua casa numa Assembleia de Freguesia descentralizada conjugada por vontade do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e da minha, poderemos fazer mais vezes este tipo de iniciativas. Dizer-vos, que das intervenções que fizeram todas elas são sempre enriquecedoras, contudo, importa que eu esclareça algumas das limitações destas mesmas intervenções.

Acerca da estratégia da comunicação institucional, nós tínhamos e temos identificados alguns dos problemas de divulgação institucional com os quais nos deparámos no último mandato e estamos a tentar melhorar. Mas é importante que se diga e repita que esta estratégia existe, posso dizer-vos que nas duas grandes atividades que este ano realizámos em relação à comunidade albicastrense, a Meia Maratona Alcains/Castelo Branco ou Corrida da Liberdade ou o 25 de abril do Povo, tiveram correspondência em relação à estratégia de comunicação que para ela nós constituímos: 220 atletas na Meia Maratona e mais de 300 pessoas nas Festas do 25 abril do Povo, nos Lentiscais. Infelizmente, dos deputados da Assembleia de Freguesia também convidados, não tivemos ninguém.

A estratégia de comunicação existe, de tal maneira que aquilo que são os projetos que nós tínhamos e que apresentamos atempadamente na Assembleia de Freguesia, nomeadamente aqueles que vocês hoje receberam como elemento complementar de informação, as Assembleias Comunitárias da Cidadania, o Conselho Comunitário de Cidadania, as atividades que vamos realizar e aquelas que resolvemos suspender devido ao problema da tempestade Kristin, conjugaram-se com uma estratégia de comunicação e proximidade que nos levaram a reunir com a população dos Lentiscais e da Taberna Seca, com a maior parte das associações da nossa cidade e ainda continuamos a trabalhar neste sentido para implementar as diferentes estratégias. É verdade que é importante melhorar e nós procuraremos de acordo com a vossa recomendação encontrar nela alguns elementos que nos possam ajudar a melhorar a nossa estratégia de comunicação.

Em relação aos regulamentos, importa dizer-vos que os nossos regulamentos aprovados em Assembleia de Freguesia estão todos publicados no nosso site. Mais, os regulamentos que são obrigatoriamente aprovados em Assembleia de Freguesia, são aqueles que dizem respeito à gestão orçamental e à implicação do seu efeito em pessoas em termos individuais ou coletivos e esses foram aprovados sempre em Assembleia de Freguesia e voltaram a ser este ano. E, portanto, produzem efeito a partir do momento em que são aprovados em Assembleia de Freguesia. Os restantes, o da Casa do Forno, Casa do Arco de Bispo, Cuidar de quem Cuida, nós trazemo-los à Assembleia de Freguesia sem sermos obrigados a isso, são regulamentos de funcionamento interno, que até se podem chamar - regras de utilização



- e se nós os tivéssemos chamado assim tinha desaparecido esta celeuma, nós achamos que a melhor maneira é chamar-lhes regulamentos e trouxe-los também à Assembleia de Freguesia e só entraram em vigor a partir da sua aprovação em Assembleia de Freguesia. Vocês próprios, votaram alguns a favor outros contra na última reunião de Assembleia de Freguesia.

Em relação ao Orçamento Participativo ou andam muito distraídos ou não leram sequer o próprio regulamento porque tudo aquilo que foi estabelecido para este ano está a ser cumprido. Está a ser desenvolvido nas escolas a quem era dirigido e foi respondido por parte das diferentes escolas a aceitação na participação neste Orçamento Participativo e os calendários estão todos a ser cumpridos até agora. Não vejo qual é a dúvida em relação ao Orçamento Participativo.

No que diz respeito às outras intervenções, nomeadamente do Carlos Camões e do Manuel Geraldes, não há dúvida que o trabalho na Freguesia é em primeiro lugar da responsabilidade do Executivo, o trabalho de pôr em prática aquilo que são as nossas propostas, mas o trabalho da divulgação, acompanhamento, enriquecimento das atividades, tem de ser de todos nós que continuaremos a insistir em querer continuar a ouvir, em querer continuar a receber o seu contributo, assim o fizemos desde a primeira hora, continuaremos a fazê-lo sempre da melhor maneira possível melhorando sempre aquilo que houver a melhorar, ouvindo as vossas propostas e aceitando ou não de acordo com as nossas convicções aquilo que são as vossas recomendações.

Parece-me que em relação às recomendações de hoje, todas elas são plausíveis, possíveis de ser tidas em linha de conta e ser utilizadas por nós também.

Ana Poças (IL)

Eu só queria reforçar, que o que nós dissemos e queremos que fique dito relativamente aos regulamentos é o que está escrito e publicado no site está incorreto porque diz lá que entra em vigor a partir da data em que foi aprovado em Executivo e isso não é verdade, é a partir do momento em que vem à Assembleia de Freguesia que tem de estar no texto, e é só isso. Relativamente ao Orçamento Participativo, o que nós gostaríamos de saber é o seguinte: quando é que foi feita a divulgação em conferência de imprensa como está no regulamento; quando é que foi feita a reunião das escolas, onde estão publicados os projetos, quais são as escolas que estão a concorrer... O que nós queremos saber é quando é que as coisas aconteceram com datas.



José Pires (PS) - Presidente da Freguesia

A conferência de imprensa para a divulgação do Orçamento participativo e do Prémio Internacional de Poesia António Salvado Cidade de Castelo Branco foi em fevereiro, mas não lhe sei dizer a data, irei verificar, e foi enviada para os jornais e publicada. Nós não temos culpa se a comunicação social nos acompanha ou não talvez a estratégia de comunicação passe por alguma mudança neste sentido.

O Orçamento Participativo tal como está no Regulamento, Ana, é dirigido aos três Agrupamentos de Escolas da Freguesia de Castelo Branco, é direcionado aos alunos do 1º, 2º e 3º Ciclos desses Agrupamentos. Foi enviada a comunicação e recebemos a resposta a dizer que estão disponíveis a participar e já estão a desenvolver os projetos. Não lhe posso dizer quais são os projetos porque ainda não os apresentaram. Os projetos tal como está no Regulamento vão ser apresentados e aprovados em Assembleia de Freguesia, quando os recebermos fá-los-emos chegar atempadamente aos diferentes grupos parlamentares. Desta vez vamos escolher só um para ter uma dimensão financeira maior e o seu desenvolvimento possa ser feito duma maneira mais completa e aquele que vier a ser aprovado em Assembleia de Freguesia é o que entra em execução para o valor do próprio orçamento de 10.000€ como está estabelecido no próprio regulamento.

Carlos Matos (Sempre por Todos) - Presidente da Assembleia de Freguesia

Deixem-me fazer só um pequeno parenteses, relativamente à questão dos Lentiscais, de facto não recebi convite absolutamente nenhum e estranhei. Eu tenho tido esse cuidado, e sempre que posso estou presente e estive na inauguração da Instrumenteca.

José Pires (PS) – Presidente da Freguesia

O 25 de abril do Povo dos Lentiscais, é uma organização da Associação de Melhoramentos dos Lentiscais e nós pedimos à Associação para fazer como é habitual, a divulgação. Nós costumamos muitas vezes reforçar o convite, fiquei a saber que este ano não o fizemos, a Associação disse que faria a sua divulgação, por isso é que nós achamos que com tantas pessoas que lá estiveram a divulgação até tinha corrido bastante bem. Vou ter isso em atenção da próxima vez.

O único convite que nós mandamos este ano para a Assembleia de Freguesia foi para a inauguração da 2ª fase da Instrumenteca e infelizmente houve pouca participação.



Carlos Matos (Sempre por Todos) - Presidente da Assembleia de Freguesia

Eu peço imensa desculpa, todos nós temos momentos de inexperiência e eu não tenho problemas absolutamente nenhuns em assumir isso, e a minha interpretação era que o público intervinha no fim.

Se os membros da Assembleia assim o entenderem damos a palavra a dois membros do público que se inscreveram para fazer o uso da palavra.

Alguém da Assembleia se opõe a esta pequena alteração, fruto da minha inexperiência?

Intervenções do público presente

José Perquilhas

Boa noite a todos.

Cumprimento em primeiro lugar a Exma. Mesa,

O Executivo da Junta de Freguesia,

As funcionárias da Junta de Freguesia,

Os membros da Assembleia de Freguesia,

Público em geral,

É mais um pedido de informação que eu queria dirigir à Junta de Freguesia. No sábado andei em trabalho da Associação pelo bairro e foi-me colocada uma situação que eu não sei responder, penso que não é da competência da Junta, mas quero trazê-la aqui para ver se o nosso Presidente ou o Executivo me pode dar alguma informação sobre isto: como sabem agora pela cidade toda e eu falo sobre o nosso bairro, nos prédios, o que eram lojas estão a mudar-se para habitação. Há pessoas muito preocupadas com a questão do valor do condomínio nos prédios, quando são lojas é muito mais baixo, se altera o valor de condomínio ou se ficam com a mesma taxa de loja. É este pedido que eu quero fazer ao Sr. Presidente e ao Executivo, não será da vossa competência, mas gostava que me fosse facultada essa informação.

Agradecer também à Junta de Freguesia mais uma vez por confiarem na Associação Cultural e Desportiva da Carapalha e quererem fazer aqui a Assembleia de Freguesia descentralizada, para nós é uma honra recebê-los.

Bem-haja a todos.



Maria do Carmo Baptista

Muito boa noite a todos.

É um prazer estar aqui nesta Associação da Carapalha.

Cumprimentar o Sr. Presidente da Junta,

Cumprimentar todos os elementos da Assembleia e do Executivo e todos os presentes,

Eu peço desculpa porque de facto não vi a convocatória, andei à procura no site, mas uma das questões que eu ia colocar é se as atas das reuniões públicas são publicadas ou não no site; é colocado um Edital ou não sobre as reuniões do Executivo que são realizadas quer as reuniões ordinárias quer as reuniões públicas e as respetivas atas; com que periodicidade é feita a manutenção do site? É um dever de todos a partilha de informação se queremos a colaboração da sociedade, não só na altura em que se realizam as eleições, mas ao longo de todo o mandato.

José Pires (PS) - Presidente da Freguesia

É sempre bom ter a participação do público nas nossas sessões.

Dizer ao amigo José Perquilhas, que as lojas transformadas em habitações devem ser uma preocupação comunitária. A primeira coisa é saber até que ponto os estabelecimentos comerciais transformados em habitação são ou não legais. E essa questão da legalidade passa não só pela Câmara Municipal, mas mais ainda pelas entidades policiais, saber que tipo de arrendamento é feito e que determina que uma loja se possa transformar numa residência ou numa residencial. No que diz respeito à Freguesia, já não é a primeira vez que alertamos as entidades que fazem o registo dos imigrantes que vêm viver para a nossa zona, nomeadamente a AIMA a existência de exagerados números de pessoas a residirem numa mesma habitação ou apartamento. E já o fizemos para a AIMA, já o tínhamos feito antes para o SEF, para a PSP, e a resposta é aquela que acabamos de ouvir aqui, nenhuma, infelizmente. Eu vou mais uma vez perguntar em primeiro lugar, como é o enquadramento legal dessa transformação porque a lei geral dos condomínios determina que a existência de uma pessoa ou um conjunto de pessoas a morar num determinado apartamento, é obrigatório que essa pessoa contribua para o condomínio. Mas eu vou informar-me e depois farei chegar-lhe a informação.

Em relação à Maria do Carmo, dizer-lhe que nós publicamos todas as atas quer das sessões públicas quer das privadas da Assembleia de Freguesia no nosso site. Assim como os editais são publicados nos lugares de estilo.



III. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Informações do Presidente da Freguesia

Receberam as informações deste 1º trimestre, contudo, há algumas a acrescentar que decorreram de iniciativas posteriores.

A primeira tem a ver com a reorganização das atividades em 2026 decorrentes dos danos e perdas gerados pela tempestade Kristin. Depois de termos identificado todos os danos e perdas, nomeadamente na Taberna Seca, nos Lentiscais e até em Castelo Branco, embora aqui haja também uma intervenção da Câmara Municipal, nós entendemos que era necessário criar um fundo de emergência ou de apoio às situações de danos e perdas decorrentes da tempestade Kristin. Nós chegamos à conclusão que eventualmente entre os danos em cemitérios e na própria estrutura do cemitério, nas campas, nos edifícios das pessoas, nos edifícios das instituições da Freguesia de Castelo Branco, os danos nos caminhos rurais provocados pela tempestade poderão eventualmente chegar a valores muito próximos dos 100.000€, e nós não tínhamos como podem imaginar, previsto uma situação de emergência deste tipo e tentámos através ou da anulação de atividades ou da reorganização de atividades procurar encontrar os meios financeiros para podermos promover esses apoios.

Das atividades anuladas, vocês receberam a informação, nós conseguimos entre o programa Cuidar de quem Cuida, que estava previsto fazer-se todos os meses para além das duas semanas de agosto, nós entendemos manter estas duas semanas e para já não fazer os programas mensais; não fazer as Albicatriadas; não desenvolver o projeto Germinar com as Açores; não realizar o Dia dos Sinos; não realizar o Concurso dos Vestidos de Chita, nem realizar o encontro de Instrumentos Tradicionais, o que nos dará a possibilidade de garantir aqui um fundo de 40.000€.

Reorganizar algumas atividades, nomeadamente a Festa das Lavadeiras que até acabamos depois por recalendarizar lá mais para o final do verão na Taberna Seca; a Festa das Migas nos Lentiscais; as atividades dos Urban Sketchers, como estavam previstas reduziram também os valores; o Festival de teatro para todas as idades (FESTTI), manter apenas a parte infantil e a parte do teatro que nós levamos à população idosa das anexas, e todo este conjunto de reorganização permite-nos chegar a 21.000€. O que significa que nestas duas ações e reflexões, nós conseguimos chegar aos 71.000€.

Depois tivemos a preocupação de procurar dentro do próprio orçamento, essencialmente na área das despesas de capital, na rubrica - aquisição de bens de capital - ir encontrar na parte da recuperação de habitação 25.000€ e é possível chegar à reparação e beneficiação



mais 20.000€, o que nos permite chegar com estes valores próximo dos tais 100.000€, que nós prevemos ser a verba que vamos necessitar para poder apoiar toda a gente.

Resolvemos também, determinar as prioridades de intervenção: a primeira prioridade, é a intervenção nos cemitérios dos Lentiscais e Taberna Seca porque os cemitérios não estão previstos nos apoios projetados pelo governo e porque foi importante fazer logo no imediato sem estar à espera se vinha alguma verba, a recuperação do muro do cemitério da Taberna Seca. É importante fazer a reparação e recuperação das campas destruídas quer das sepulturas compradas quer não compradas e para isso nós reunimos com a população das duas localidades para lhes fazer perceber o que eram estas prioridades.

Depois a reparação dos caminhos rurais; a terceira é o apoio para os materiais em propriedades privadas não elegíveis e há muitas, e o problema é que para além das que há não elegíveis, mesmo as que são elegíveis, até hoje não tiveram nenhuma resposta e o valor que até agora chegou às populações foi zero euros. E a verdade é que as pessoas têm de fazer ou já fizeram algumas intervenções.

A última prioridade, é o apoio para materiais em propriedades privadas elegíveis, mas não apoiadas ou cobertas pelos seguros. Nós pedimos às pessoas que logo que tenham a resposta dos seguros nos façam chegar a informação para nós sabermos depois de rateadas todas as prioridades anteriores, podermos neste caso apoiar também as pessoas em relação aos danos que foram causados.

Só uma informação complementar: decidimos, nos cemitérios quer nos Lentiscais quer na Taberna Seca, abrir um período extraordinário para a aquisição de sepulturas porque havia muitas pessoas que tinham campas colocadas em sepulturas que não eram compradas, nós o que vamos fazer para quem não quiser comprar a sepultura é recuperar a parte da terra da sepultura, eventualmente se houver uma placa com a identificação da pessoa sepultada deixar essa placa, mas não recuperar a campa porque não estava legal. Se as pessoas comprarem as campas, nós faremos como para os outros o apoio para a recuperação da própria campa desde que ela tenha sido destruída pela tempestade.

Esta informação só chega hoje porque nós só na semana passada é que concluímos as reuniões com as populações para chegar a estas conclusões.

Fizemos chegar também até vocês, já calendarizados e depois de contactados, os parceiros que vamos ter em cada uma das Assembleias Comunitárias da Cidadania, começando no dia 30 de maio com a Assembleia Comunitária da Memória Histórica e Patrimonial; no dia 1 de junho, a Assembleia Comunitária do Associativismo; no dia 4 de outubro, a Assembleia Comunitária do Bem Estar Animal; no dia 24 outubro, a Assembleia Comunitária da Inclusão



Diferenciadora e no dia 4 de novembro, a Assembleia Comunitária da Educação Familiar e Extraescolar.

Quando apresentamos a organização das Assembleias por princípio tínhamos estabelecido que seriam as pessoas a participar na Assembleia, seriam estruturas, instituições, organizações ou associações relacionadas com o tema e isso fizemo-lo, convidamos, aceitaram e trabalhamos para desenhar basicamente cada uma das Assembleias. Contudo, nós entendemos que a indicação para a presidência e o secretariado destas Assembleias deviam ser distribuídos equitativamente por todos nós e pedimos à IL, à Coligação Sempre por Todos, ao CHEGA e ao PS, que indiquem todos um elemento para presidir e outro para secretariar nas diferentes Assembleias Comunitárias de Cidadania, e o Executivo também vais indicar para uma, um secretário e um presidente.

Achamos que assim a participação e a democraticidade é muita mais assegurada, comungada por todos nós porque no fundo o que queremos é que com estas Assembleias Comunitárias de Cidadania, enriquecer a informação, a participação, alargar aquilo que todos nós defendemos, a importância da democracia participativa.

Dizer-vos ainda, que aconteceu, entretanto, o desenvolvimento do projeto "Olhar Atento", quando nós o apresentamos, e foi aprovado em Assembleia de Freguesia, e falámos nas áreas urbanas, na altura foi-nos chamado a atenção que tínhamos menos áreas urbanas do que aquelas que era necessário haver e depois de ouvir diferentes opiniões chegamos à conclusão do que poderíamos alargar o quadro das áreas urbanas. Na altura estavam previstas 11 e passaram para 16 áreas urbanas e para cada uma delas vai ser indicada uma pessoa para fazer de primeiro vizinho, com exceção de duas que são as que têm maior dimensão: Bairro do Castelo, São Gens, Arrabalde dos Oleiros e dos Açougues, dois vizinhos; Centro da Cidade, Bairro da Sé, Cadeia, Montinho e as três Avenidas, dois vizinhos. Já há um conjunto alargado de pessoas que foram contactadas, pessoas que são líder de opinião, que têm manifestado não só nas redes sociais, mas participando em Assembleias Municipais ou de Freguesia em anos anteriores, preocupação, interesse, conhecimento, cuidado, em divulgar os problemas do seu bairro, da sua rua, da nossa comunidade. Quando tivermos os nomes fazemo-los chegar, está previsto que nós consigamos ter isto tudo preparado até ao final de maio. Algumas pessoas que nós convidámos e que pensámos pelas suas intervenções nas redes sociais iriam dizer que sim, que estavam disponíveis para ser o primeiro vizinho, disseram que não. No final de maio quando chegarmos à conclusão de que são precisas, 6, 7, 8 pessoas, nós vamos pedir mais uma vez equitativamente aos grupos



políticos da Assembleia de Freguesia que nos indiquem pessoas para esse espaço onde nós não conseguimos os primeiros vizinhos.

Para concluir as informações, no âmbito do Prémio de Poesia António Salvado, decidimos que era importante, como sabem este prémio acontece de 2 em 2 anos nos anos impares embora lançado num ano par (como este ano), vai acontecer no ano que vem 2027, esta figura local, regional, nacional e internacional do António Salvado, promovê-la e fazer dela como o João Roiz de Castelo Branco, o Amato Lusitano, fazer dela algo que nos possa promover em termos culturais na comunidade Albicastrense, na cidade, na região, no país e no mundo. E como havia a vontade de alargar o Prémio Internacional de Poesia à língua inglesa, falando com o júri, chegou-se à conclusão que não era o melhor porque introduzir um prémio ibero-americano e a dimensão deste prémio que é hoje o maior prémio ibero-americano de poesia, introduzindo-lhe a língua inglesa ia prejudicar eventualmente o próprio prémio. O que nós decidimos para chegar à língua inglesa e principalmente ao protocolo cultural que existe entre Castelo Branco e Manchester e como havia vontade da Universidade de Manchester de entrar no Prémio Internacional de Poesia criamos um projeto a que chamamos POIESIS. Era uma palavra muito querida de António Salvado e que significa criatividade, imaginação e dividi-lo em duas partes: em primeiro lugar, criar o prémio coletânea bilingue e o concurso de poemas singulares em português e em inglês, e a ideia é cada cidadão de língua inglesa ou portuguesa pode concorrer a este prémio e deve fazê-lo sempre em português e em inglês com poemas singulares. Significa, que os vinte poemas singulares em português e em inglês serão constituídos para a construção de uma coletânea bilingue que vai acontecer nos anos pares em memória da obra do António Salvado.

Por sua vez, vamos recuperar algo que era feito pelo próprio António Salvado, as Aulas de António Salvado sobre poesia, literatura em geral, arte, música, todos os anos em cada quadrimestre de quatro em quatro meses, nós faremos três aulas de António Salvado, no primeiro quadrimestre a literatura, no segundo, as artes plásticas e no terceiro, a música, sempre a poesia.

2. Apreciação e votação das Atas da Reunião Ordinária nº 2 de 22.12.2025 e nº 3 Extraordinária de 09.02.2026.

Carlos Matos (Sempre por Todos) - Presidente da Assembleia de Freguesia

Submeto a votação as Atas: Aprovadas por unanimidade.



3. Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Conta de Gerência de 2025.

Liliana Rebelo (Sempre por Todos)

Boa noite a todos.

Cumprimento a mesa da Assembleia de Freguesia na pessoa do Sr. Presidente, Carlos Matos,

Cumprimento o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, o Professor José Pires e o Executivo,

Caros Deputados da Assembleia de Freguesia,

Caros fregueses,

Antes de passar à minha intervenção, permitam-me que faça um pequeno preâmbulo atendendo à efeméride que celebrámos no sábado passado, aliás, se hoje estamos aqui reunidos no fórum e se podemos debater todos estes temas que são bastante importantes na nossa sociedade com liberdade de decisão, de participação e de ação é graças às pessoas que lutaram para que nós tivéssemos um Portugal mais justo, mais coeso e mais transformador. E para além dos 52 anos do 25 de abril que nós celebrámos no sábado, celebrámos também os 50 anos da constituição do poder local e nesse sentido nós gostávamos de deixar uma sugestão; na sessão solene, todos os Presidentes de Juntas do nosso concelho marcaram presença, mas nós consideramos que esse convite poderia estender-se também aos Presidentes das respetivas mesas de Assembleia de Freguesia e pelo menos a um membro de cada grupo partidário presente nas Assembleias.

Como o Sr. Presidente da Mesa referiu, esta é a primeira Assembleia que nós realizamos descentralizada, foi também uma proposta nossa que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia aceitou até porque para nós é muito importante aproximar este órgão às pessoas, neste caso em particular, às associações e às coletividades e esta será a primeira Assembleia de Freguesia que teremos noutros sítios para além da sede da Junta de Freguesia.

Relativamente ao relatório de atividades ainda sobre este ano, nós tivemos conhecimento dessas diversas reuniões institucionais que a Junta de Freguesia fez e gostaríamos de ser elucidados relativamente aos resultados dessas diligências. Já 471 fregueses beneficiaram de transporte social, esta era uma bandeira preconizada por nós muito importante no âmbito da ação social, precisamente porque nós sentíamos que se tratava de um instrumento de coesão social e de mitigação das desigualdades entre os fregueses. Neste ponto, em particular, transporte social, nós gostaríamos de saber se há fregueses que continuam sem resposta, se sim, se existe capacidade para fazer o reforço do serviço; está previsto o



alargamento do horário e dos destinos e se existe alguma avaliação de satisfação dos utilizadores para perceber como é que este serviço está a ser realizado.

No âmbito do Relatório de Atividades e Conta de Gerência 2025, nós verificamos os seguintes valores no relatório da gestão orçamental: 97,48% receita executada e 73,43% de despesa executada, ou seja, 90% da receita é proveniente de transferências externas, o que significa que somente 7% é receita própria. Qual a razão da execução da despesa ser inferior à receita e se existe alguma estratégia para reduzir essa dependência das transferências externas. Temos noção das competências que a Junta de Freguesia tem obviamente não é um órgão como a Câmara Municipal.

Ainda sobre este relatório de atividades, o balanço final foi de 281.500€ em apoio a subsídios, obviamente que nós defendemos o apoio às associações e coletividades locais, mas gostaríamos de saber, quais são os critérios de atribuição desses apoios, por exemplo, mediante a apresentação de um relatório de execução e se existe alguma avaliação de impacto para aferir o sucesso dessa ajuda financeira.

Ainda sobre este ponto, foram realizados 230 atendimentos a fregueses, qual é o resultado dos mesmos?

Carlos Camões (PS)

Eu não vou imiscuir-me aqui em grandes números porque não é a minha área, conto com o Sr. Francisco para vos dar as melhores explicações, vemos, o grupo parlamentar do PS, que não existem incongruências, a atuação da Junta tem sido pautada por um rigor não só a nível financeiro, mas também equitativo em relação aos apoios dados, pede sempre alguma coisa em troca relativamente a esses apoios que são concedidos e isso tem resultado numa dinâmica muito própria das nossas comunidades.

Isto é também uma declaração de voto, nós vamos votar a favor dos documentos.

Relativamente à intervenção da Liliana, na questão do Vamos Por Si, é uma iniciativa que me é muito querida, as informações têm sido dadas, nós recebemos relatórios, o número de utentes, mas de facto gostava também de um relatório de satisfação.

A questão das receitas próprias, a Junta também não tem muitas competências, se mais competências tivesse mais receitas teria.

Os critérios de atribuição foram também aprovados em Assembleia e normalmente há sempre essa reciprocidade, é solicitado todo o tipo de documentos, desde o plano de atividades, aquilo que planeiam fazer em prol da comunidade com o apoio da Junta de



Freguesia, parece-me que nesse papel a Junta de Freguesia tem atuado de forma bastante coerente e positiva.

José Pires (PS) - Presidente da Freguesia

Em relação ao Relatório de Atividades é importante dizer que nós cumprimos sempre as atividades. Aquilo que tinha sido projetado para o ano anterior nós cumprimos.

Falou-me do Programa Vamos, que não pode alargar mais o horário do que já tem, começa mais cedo e depois acaba por essa razão mais cedo e tem o intervalo para a hora de almoço. Nós gostaríamos muito de ter o Programa Vamos aos sábados e aos domingos, mas isso é absolutamente impossível, temos de segunda a sexta-feira no horário normal de funcionamento da Junta de Freguesia. Muitas vezes por necessidades dos próprios utentes, o funcionário encarregue desse serviço acaba com frequência o seu trabalho depois da hora de serviço.

Acerca da estratégia das transferências externas, nós temos receitas próprias que são exíguas, se fizerem uma análise comparativa aumentaram muito nos últimos três anos devido ao fluxo de imigrantes que vêm tratar de atestados de residência, agregado familiar, no fundo que vêm preparar-se para fazer a sua regularização. Eu vou dizer-vos que é imoral, isto que lhes estão a exigir, a fotocópia íntegra do passaporte, o passaporte só tem registos na primeira e segunda página e obrigam as pessoas a pagar as fotocópias de todo o passaporte, em vez de pagarem 2 fotocópias pagam 17.

No respeitante ao apoio às reuniões em gabinete com os fregueses, muitas daquelas reuniões determinam intervenções do Fundo de Emergência Social, que é sigiloso.

São frequentemente também para apresentação de projetos individuais, às vezes projetos de novas associações, etc.

Os apoios associativos, de facto teve uma verba importante, é um orgulho da Freguesia de Castelo Branco dizer que somos de todas as estruturas autárquicas do país, eu fiz uma triagem desde as mais pequenas às maiores, a que maior incidência tem no apoio social e associativo, e não estamos em nada arrependidos porque isso permitiu-nos que pelo menos 95% das atividades culturais e recreativas foram feitas sem quaisquer custos para a freguesia no âmbito dos protocolos de parceria estabelecidos com as associações culturais, recreativas ou desportivas. Isso permitiu-nos nesta estratégia dos protocolos de parceria criar dinâmicas associativas, de colaboração, cooperação e enriquecimento das nossas próprias atividades, portanto, de demonstração daquilo que são as capacidades que nós temos na nossa comunidade.



Estamos também a introduzir este ano a nível do Fundo de Emergência Social uma contrapartida absolutamente voluntária, não pode ser enquadrada como obrigatória porque não tem quadro legal que a suporte e está em regime de voluntariado, que é perguntar às pessoas que são apoiadas no Fundo de Emergência Social, se estão disponíveis para dar horas de trabalho comunitário à comunidade. E posso dizer-vos que um número muito considerado das pessoas apoiadas, têm estado disponíveis para esse contributo.

Carlos Camões (PS) – Pedido de esclarecimento

Relativamente a este voluntariado dos cidadãos, se depois será reconhecido através de algum tipo de certificado até para dar uma maior capacitação a este tipo de pessoas em termos curriculares.

José Pires (PS) - Presidente da Freguesia

Em relação à conta de gerência, das atividades propostas e realizadas não conseguimos fazer uma execução ao nível dos 100%, mas tem explicação: se vocês repararem os custos com pessoal, gastámos na despesa corrente 65% daquilo que estava previsto, fizemos uma previsão maior porque estávamos à espera de ter desenvolvido e concluído os concursos para completar o quadro da freguesia ainda durante o ano passado e não foi possível, só foi concluído este ano, daí que tenhamos ficado nos 65%.

Se repararem nas transferências e subsídios, nós executamos 95%; no setor não lucrativo, 99%; nas famílias, 81%; na publicidade, e aqui eu dou razão à Ana, nós só gastamos 32%, portanto, temos de melhorar naquilo que se chama a divulgação institucional. Mas na ação social, nós atingimos 74,14% e não atingimos mais porque no que diz respeito ao Programa Vamos, ainda não está preenchido a 100%, temos capacidade para isso, mas neste momento anda à volta de 80% de ocupação, mesmo assim com uma grande utilização.

Em relação ao Programa OláNov@Albicastrense, nós mudámos este ano a estratégia de divulgação porque de facto a que tínhamos com o hospital de Castelo Branco não está a correr bem porque nós não conseguimos ter a informação de todas as crianças que nascem no hospital e estamos a tentar melhorar a este nível para podermos todos os meses abranger nos apoios aqueles que estavam previstos. É que nem todos os meses nós temos abrangido 7 pessoas. Daí a redução da ação social para 69,14%.

Na cultura, 89%; associativismos 99,3%; campos de férias, que é o Cuidar de quem Cuida, nós tínhamos pensado que havia condições de o fazer uma vez por mês, mas por causa das



questões da tempestade ficamos com uma execução de 58%; na proteção social em instituições sem fins lucrativos 100%.

Na despesa de capital, a média é 83,83%; a aquisição de bens e serviços, foi onde nós fizemos a execução mais baixa, 69%; transferências de capital, 97,40%, para entidades do setor não lucrativo 97,51%; espaços verdes, 62%; caminhos rurais, nós já executámos tudo daí que tenhamos necessidade de ir buscar verbas para este ano e nos cemitérios também já tínhamos 78,22% e também há aqui uma justificação: nos cemitérios nós temos tido nestes 4 anos um acréscimo de despesa voluntária porque o funcionário que é o coveiro, está de baixa médica praticamente há 4 anos e nós temos de ir buscar à aquisição de serviços para fazer os enterramentos e a intervenção nos cemitérios, daí que nós tenhamos tido uma maior incidência de gastos nos cemitérios de 78,22%.

Dizer-vos que estamos satisfeitos com a execução e sabemos que felizmente há uma bolsa que nos permite, por exemplo, equacionar sem problemas o avanço de todos os projetos relacionados com a casa aqui ao lado para fazer o alargamento da Junta de Freguesia, já iniciamos os desmanches para fazer o levantamento topográfico e vamos já de imediato passar para os projetos de arquitetura e engenharia para a Câmara como está comprometido assumir os custos de construção. O mesmo para a casa da Rua D'Ega onde vamos instalar a Instrumenteca.

E já agora fazer a publicidade porque vale muito a pena visitar a Casa do Arco do Bispo agora com a 2ª fase da Instrumenteca em que passamos de 33 para 100 instrumentos. No interior do país é um espaço único e há muito poucos espaços semelhantes a este no nosso país. O César Viana tem sido extraordinário, tem feito sem a melhor divulgação visitas guiadas feitas pelo próprio, o proprietário que nos cedeu os instrumentos, um músico e um compositor de renome nacional e internacional e no fim dessas visitas, ele faz um pequeno concerto com um dos instrumentos da Instrumenteca. Vamos com ele consubstanciar um calendário para a divulgação desta vez com muito maior intensidade junto também das escolas, das associações.

Nos protocolos de parceria deste ano vai estar previsto no respetivo texto, o pedido sentido para que as estruturas que connosco estabelecem esses protocolos divulguem também junto dos seus bairros, as nossas atividades.



Carlos Matos (Sempre por Todos) - Presidente da Assembleia de Freguesia

Vamos então submeter a votação o ponto nº 3: Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Conta de Gerência de 2025. Aprovados por unanimidade com 19 votos a favor, do PS (7), do Sempre por Todos (7); da IL (3) e do Chega (2).

4. Apreciação e avaliação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais.

Liliana Rebelo (Sempre por Todos)

Relativamente a este ponto, tenho 3 questões muito rápidas: quando é que foi feita a última atualização do inventário; se existe alguma avaliação patrimonial recente e se há bens inutilizados no inventário.

Carlos Camões (PS)

A minha questão relativamente ao inventário é devido àqueles problemas que nós verificámos no Natal na Casa do Forno se, entretanto, o empreiteiro já foi responsabilizado, e como é que está essa situação.

José Pires (PS) - Presidente da Freguesia

Respondendo ao Carlos Camões, sim, está identificado o problema, já está definida a intervenção necessária e será feita quando passar o tempo da chuva.

Em relação à pergunta da Liliana no que respeita ao inventário, é todos os anos feito um inventário novo, significa que não há muitos bens que são abatidos porque nós somos muito poupadinhos e sempre que há bens a abater nós fazemos a sua identificação.

Carlos Matos (Sempre por Todos) - Presidente da Assembleia de Freguesia

Vamos submeter a votação este ponto nº 4: Aprovado por unanimidade com 19 votos a favor, do PS (7), do Sempre por Todos (7); da IL (3) e do Chega (2).



5. Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento, PPI e PPA 2026

José Pires (PS) - Presidente da Freguesia

Isto é o que decorre da lei, é a integração de saldos e tem de ser feito nesta altura para integrar os saldos nas diferentes rubricas, e como tiveram oportunidade de ver, reforçamos principalmente a rubrica da intervenção ao nível social.

Carlos Matos (Sempre por Todos) - Presidente da Assembleia de Freguesia

Coloco a votação o ponto nº 5: Aprovado por unanimidade com 19 votos a favor, do PS (7), do Sempre por Todos (7); da IL (3) e do Chega (2).

6. Apreciação e votação do acordo de colaboração entre o Município de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de Castelo Branco destinado a fazer face a despesas urgentes decorrentes da tempestade Kristin, no valor de €5.000,00 (€3.000,00 para despesas correntes e €2.000,00 para despesas de capital).

Carlos Camões (PS)

Este valor de 5.000€ foi cedido não só à Freguesia de Castelo Branco, mas a todas as freguesias do concelho assim que foi declarado o estado de emergência. Foi uma das medidas aprovadas logo na reunião no dia seguinte ao da cidade e da região ter sido fustigada.

Liliana Rebelo (Sempre por Todos)

Relativamente a estes apoios nós queremos ver esclarecidos os trâmites desta atribuição, nomeadamente se é de uma atribuição direta ou de um concurso e, se é através de um concurso, se existem critérios públicos para a distribuição desses valores, e se há alguma comissão de decisão que verifique esse financiamento.

Queremos também perceber se já foram identificados possíveis beneficiários e quantos, se existe alguma articulação com o poder central de forma a evitar a duplicação dos apoios.

José Pires (PS) - Presidente da Freguesia

Estes valores aparecem numa fase em que nós já tínhamos feito a identificação das necessidades. Metade deste valor é para uma intervenção de urgência no Centro de Dia dos Lentisciais numa parte que caiu e que neste momento põe em risco a própria segurança dos



utentes. A outra parte também está identificada e nem chega sequer aos valores da necessidade da intervenção que fizemos imediatamente para a recuperação do muro do cemitério da Taberna Seca.

Nós na altura até tínhamos dito que prescindíamos deste valor se ele pudesse ser entregue a outra freguesia, mas tal como disse o Carlos Camões foi uma distribuição equitativa e por todas as freguesias e se não havia hipótese de a fazer reverter de outra forma nós utilizamo-la e assim temos 5.000€ que podemos usar para outro tipo de intervenções que sejam absolutamente necessárias.

Carlos Matos (Sempre por Todos) - Presidente da Assembleia de Freguesia

Coloco a votação o ponto nº 6: Aprovado por unanimidade com 19 votos a favor, do PS (7), do Sempre por Todos (7); da IL (3) e do Chega (2)

Se a Assembleia assim o permitir, vamos então ouvir o elemento do público, António Augusto.

António Augusto

A todos boa noite.

Peço desculpa pelo momento do meu pedido de palavra, mas se calhar até foi bem-vindo porque vai esclarecer quando é que o público realmente pode falar.

Relativamente à apresentação do nosso Presidente, José Pires, das verbas que consegue retirar do plano de atividades para este ano, fazendo as contas estamos nos 85.000€. Eu deixava aqui uma sugestão porque eu conheço as duas anexas, Taberna Seca e Lentiscais, há lá pessoas até empresários com bom sucesso, falando com eles poderiam e no meu dever, deviam de contribuir não estaria ao encargo deles 15.000€... se houver uma contribuição para que realmente esse objetivo dos 100.000€ seja conseguido, eu próprio poderei contribuir com alguma verba.

Carlos Matos (Sempre por Todos) - Presidente da Assembleia de Freguesia

Como habitualmente proponho a aprovação da Ata em minuta.

Aprovada por unanimidade.



Não havendo mais assuntos previstos na Ordem de Trabalhos, pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia foi declarada encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa nos termos da Lei.

P^c O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

(Carlos Alberto Azevedo Matos)

P^o O 1º SECRETÁRIO

Mónica Perquilhas
(João Manuel da Silva Salvado)

P^a A 2ª SECRETÁRIA

Paula Paula
(Mónica Cristina Almeida Perquilhas
Perisca)